



**Prefeitura Municipal da Estância Turística de
São José do Barreiro – SP**

Rua José Bento Teixeira, 45 - centro

Tel : (012) 577.1288 – Fax (012) 577.1183

CGC n.º 45.200.623/0001 - 46

LEI N.º 004 DE 10 DE MAIO DE 2001

" Dispõe sobre criação do Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Arquitetônico e Turístico"

Marco Antonio de Oliveira Santos, Prefeito Municipal de São José do Barreiro, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, Faz Saber, que a Câmara Municipal de São José do Barreiro, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1.º - Fica criado no Município de São José do Barreiro, o Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Arquitetônico e Turístico que terá a seguinte composição:

- Um membro do Poder Legislativo, indicado por este;
- Um membro do Poder Executivo
- Um Arquiteto
- Um Engenheiro Civil
- Um Bacharel em História ou Geografia
- Um Advogado
- Um Membro da Comunidade

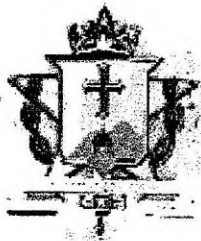
Parágrafo Único – Os trabalhos a serem executados pela Comissão formada no artigo 1.º, serão consideradas como Pró-Labore ao Município.

Artigo 2.º - A regulamentação das atividades deste conselho serão procedidos através de regimento interno, que levará número de Decreto Municipal.

Artigo 3.º - O Executivo Municipal fará a nomeação dos membros do Conselho através de Decreto Municipal, no limite máximo de 15 dias a contar da publicação desta Lei.

Artigo 4.º - Fica o Executivo e o Legislativo Municipal incumbidos de cederem espaço físico para reunião de interesse do conselho, sem prejuízo das atividades rotineiras destes poderes.

Artigo 5.º - As despesas para o desenvolvimento das atividades do conselho, quando necessárias, serão objeto de Projeto de Lei do Executivo Municipal.



**Prefeitura Municipal da Estância Turística de
São José do Barreiro – SP**

Rua José Bento Teixeira, 45 - centro

Tel : (012) 577.1288 – Fax (012) 577.1183

CGC n.º 45.200.623/0001 - 46

Artigo 6.º - Ficam os setores de Engenharia, Turismo e Obras Públicas obrigados a solicitarem ao Conselho parecer sobre qualquer ação que interfira direta ou indiretamente no Patrimônio Histórico, Arquitetônico Turístico do Município, assim como qualquer concessão de alvará municipal.

Parágrafo Único – Os pareceres mencionados no artigo 6.º, serão emitidos no prazo máximo de 15 dias a contar do seu recebimento pelo Conselho.

Artigo 7.º - Para efeitos de abrangências desta Lei, serão considerados:

Patrimônio Histórico : Documentos escritos, fotos e objetos pertencentes a órgãos públicos ou particulares (quando autorizados) que tenham relevância na História do Município.

Patrimônio Arquitetônico : Imóveis, logradouros públicos ou qualquer tipo de construção de relevância arquitetônica.

Patrimônio Turístico : Qualquer acidente geográfico de valor turístico do Município.

Artigo 8.º - Este Conselho terá representatividade de atuação junto do Ministério Público da Comarca.

Artigo 9.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São José do Barreiro, 10 de maio 2001

Marco Antonio de Oliveira Santos
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal na data supra.

Antonio Gonçalves
Assistente Administrativo